

TÍTULO

A INTERSETORIALIDADE COMO PRÁTICA NA GESTÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito abordar os programas sociais no município de Contagem no período de 2001 a 2008 numa perspectiva intersetorial das secretarias municipais de educação, Trabalho e Desenvolvimento Social e Saúde. A abordagem enfatiza o Programa Bolsa Família criado em 2004, além de pontuar as dimensões do cadastramento, gestão de benefícios, gestão de condicionalidades, e relacionar as alternativas de gestão, federalismo, descentralização, monitoramento. A proposta faz uma revisitação histórica sobre o perfil do município, e caminha com pontuações sobre as ações das secretarias que perpassam pelo desenvolvimento institucional, tais como: descentralização, monitoramento, sistematização das informações. Além de ampliar as discussões e reflexões acerca dos programas sociais com caráter de resgate da cidadania. A intenção de discutir os efeitos do programa nas esferas governamentais e buscando a redução da desigualdade social é dever do gestor público, bem como direito de cidadão de exercer sua vida com plenitude.

PALAVRAS CHAVES : Programas Sociais, Intersetorialidade, federalismo e descentralização

O presente texto tem como proposta abordar os Programas sociais no município de Contagem no período de 2001 a 2008, em especial o Bolsa Família, relacionando as interfaces entre Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social no plano municipal de coordenação intersetorial. O trabalho envolve as dimensões do cadastramento, gestão de benefícios, gestão de condicionalidades, fiscalização, controle social e acompanhamento escolar. O mesmo perpassa pelo federalismo, descentralização, bem como a articulação intersetorial.

O município de Contagem caracteriza-se por apresentar uma área territorial de 195,2 Km2, situa-se na região metropolitana de Belo Horizonte e tem por limites administrativos os municípios de Betim, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Belo Horizonte e Ibituripe. É o segundo maior município do estado, sendo sua população total em 2005 de 593.420 mil habitantes (Censo IBGE 2000) (gráfico 1)¹, sendo 99,1% da população concentra-se em área urbana e 0,9% em área rural, além de possuir formato de barril conforme disposição na distribuição da população. O município tem como principal atividade econômica a indústria e comércio.

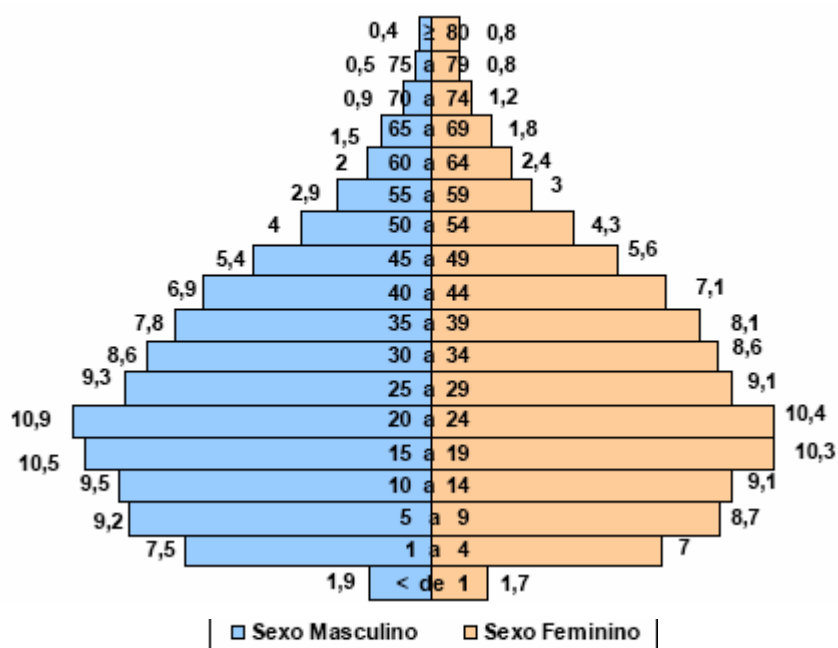


Gráfico 1: Distribuição da População de Contagem por Faixa Etária e Sexo
 Fonte : Censo IBGE 2000

A faixa etária predominante é a de 15 a 24 anos para ambos os sexos. Não há uma diferença significativa entre o sexo masculino e feminino.

De acordo com Oliveira² e Gonçalves³ “o município apresenta uma das maiores taxas referentes a uma população economicamente ativa (61%),entre os municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esta é a terceira maior taxa de atividade da região, ficando atrás apenas de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves.” (OLIVEIRA; GONÇALVES,2004).

Iniciou-se no município em 2001 e 2002, a implantação dos programas sociais do Governo Federal: Bolsa Escola⁴, Auxílio Gás⁵ e Bolsa Alimentação.Os programas ficaram sob a administração das Secretarias da Educação e da Saúde que cadastraram as famílias que apresentavam perfil para serem contempladas com os respectivos benefícios nas escolas e postos de saúde. Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família (BRASIL,2004) que unifica todos os programas de transferência de renda e os subordina ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em Contagem devido a decorrência dessa mudança, a Secretaria de Trabalho e Promoção Social passou a ser o órgão gestor desses programas e responder pelas ações referente a eles no âmbito municipal. Foi então instituída a Gerência do Cadastro Único, pois era necessário viabilizar a centralização de toda a execução técnica e operacional para a manutenção dos cadastros dos programas que compõem a rede de Proteção Social.

A Gerência centralizada das ações desses programas precisava ter capacidade para propiciar condições à sua execução plena utilizando-se de uma infra-estrutura específica suficiente para atender a demanda cobrada pela população do município.A Gerência do Cadastro Único tinha como objetivos principais criar estratégias, metodologias e viabilizar o cadastramento das famílias carentes do município, além de executar e administrar os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Bolsa Família, ou seja, sua função era basicamente de cunho operacional. Em janeiro de 2005, a Gerência do Cadastro Único é reformulada e assume o status de Diretoria dos Programas de Transferência de Renda cujas funções tomam-se bem mais abrangentes e com maior grau de complexidade.

Desse modo, esta Diretoria se responsabiliza pela viabilização e operacionalização dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Entretanto é importante ressaltar que esse novo quadro trouxe consigo das gerências anteriores uma estrutura organizacional deficitária e uma demanda já acumulada, tais como: Cadastros desatualizados, recursos humanos insuficientes, resoluções e portarias recentes que solicita novos procedimentos e readequações setoriais. Além desses aspectos citados a carência habitacional do município equivale a 0,782 conforme o Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal,(IPPUR/UFRJ-FASE, 2002), paralelo a isto o Índice de Desenvolvimento Humano- IDH (Censo 2000) refere-se a 0,789. Diante do exposto citado anteriormente e junto a enorme mobilidade social do município, percebe-se que a atualização cadastral é uma prática constante.

O panorama inicial abordado frente a Criação da Coordenação Intersetorial constata-se que através dos indicadores de cadastro, frequência escolar (relatórios disponibilizados pelos Ministério da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social) tem-se a necessidade de otimizar o cumprimento das condicionalidades, tais como : frequência escolar, vacinação em dia, em conjunto e de caráter urgente.

A partir da visualização disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome tem-se um quantitativo de famílias pobres no município de 31.779, porém no que se refere as condicionalidades do Programa Bolsa Família essas famílias são acompanhadas por esferas municipais diferentes. Na Educação com a utilização do Projeto Presença há um acompanhamento dos alunos beneficiários.

A Secretaria Municipal de Saúde com auxílio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN vivenciaram-se um perfil de acompanhamento de 13.372 famílias cadastradas em 2005 numa realidade escassa e que chegou a 18.484 no segundo semestre de 2007. Em relação assistência a saúde, o município possui uma cobertura de 55% da sua população, dividido em sete regiões administrativas também chamadas de distritos sanitários na secretaria municipal de saúde. São eles: Industrial, Eldorado, Ressaca, Nacional, Vargem das Flores, Sede e Petrolândia. O modelo de atenção à saúde que atualmente vigora é misto. Dos sete distritos sanitários, em quatro (Eldorado, Industrial, Sede e Petrolândia) coexiste as duas estratégias de atenção básica à saúde e os demais, (Nacional, Ressaca e Vargem das Flores) só possuem a estratégia de saúde da família.

No quadro abaixo são disponibilizados algumas informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

A demonstração na tabela abaixo do município é

TABELA 1- Informações Gerais do Bolsa Família

(continua)

População Total do Município (estimativa IBGE 2004)		571.232	n.a.
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Bolsa Família (com base em dados do IBGE 2004)		20.371	n.a.
Estimativa Famílias Pobres - Perfil Cadastro Único (com base em dados do IBGE 2004)		31.779	n.a.
Data de Adesão		15/08/05	n.a.
Gestão Municipal			n.a.
Cadastro Único	Total de Famílias Cadastradas	30.374	31/7/2008
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Bolsa Família*	26.796	31/7/2008
	Total de Famílias Cadastradas - Perfil Cadastro Único**	29.985	31/7/2008
	Número de Cadastros Válidos	24.981	31/7/2008
	Número de Cadastros Atualizados a Partir de 03/05	22.134	31/7/2008

			(conclusão)
IGD	Índice de Validade dos Cadastros	0,79	07/2008
	Índice de Atualização de Cadastro	0,89	07/2008
	Índice de Condicionais de Educação	0,80	07/2008
	Índice de Condicionais de Saúde	0,47	07/2008
	IGD - Índice de Gestão Descentralizada no Mês	0,74	07/2008
*Famílias com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$120,00 e que atendem aos critérios de concessão de benefícios do Bolsa Família.			
**Famílias com renda <i>per capita</i> mensal de até 1/2 salário mínimo.			

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

A Coordenação Intersetorial do Programa Bolsa -Família foi criada através do Decreto nº 068⁶ de 13/04/2005 e vem objetivar o seguinte: Art.1º - Finalidade de coordenar as ações do Programa no âmbito do Município, bem como articulá-los com ações dos demais Programas de Transferência de Renda, em especial o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI;

No Art.2º - I - Estabelecer as diretrizes do Programa Bolsa Família no Município de Contagem, bem como II- Estruturar e deliberar sobre as ações multisetoriais de coordenação do Programa Bolsa Família e do PETI em âmbito local; III- Acompanhar e coordenar o processo de cadastramento, seleção, renovação, suspensão e desligamento dos beneficiários, IV - Acompanhar e fiscalizar a operacionalização do Programa no Município; V - Promover avaliação sobre o desempenho e o impacto do Programa no Município; VI -Desempenhar quaisquer outras ações consultivas, de assessoramento e de apoio geral à Administração Pública Municipal na execução das ações do Programa Bolsa Família; VII- Estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta de Programas Sociais Complementares; VIII- Promover, em articulação com a União e o Estado, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

No que tange as Metas apontamos a princípio o seguinte: a criação de Novas Vagas que vem ocorrendo através do Recadastramento no município de Contagem, atualização cadastral contínua; viabilizar a autonomia sustentável da família beneficiária através das Oficinas Produtivas (Incubadoras Tecnológicas do Bolsa-Família) em fase de implantação;

Neste aspecto é que nos apropriamos do conceito de federalismo exemplificado por (Rodden,2005)⁷, em que o federalismo

não é uma distribuição particular de autoridade entre governos, mas sim um processo – estruturado por um conjunto de instituições – por meio do qual a autoridade é distribuída e redistribuída. O federalismo remete-se à palavra foedus, no latim, que significa “contrato”.A palavra veio a ser usada para descrever acordos cooperativos entre estados, geralmente para finalidades de defesa. Acordos formais e contratos implicam reciprocidade: qualquer que seja o propósito, os envolvidos devem cumprir alguma obrigação mútua. Se o governo central pode obter tudo o que deseja dos governos locais por meio de simples atos administrativos, faz pouco sentido encarar ambos como engajados em uma relação contratual

ou federal. O federalismo significa que para algum subconjunto das decisões ou atividades do governo central, torna-se necessário obter o consentimento ou a cooperação ativa das unidades subnacionais. (RODDEN, 2005, pág. 17)

Numa perspectiva paralela foi viável a partir da descentralização do Programa Bolsa Família e com o repasse do IGD a otimização de recursos na nova prática de coordenação intersetorial e assim visualizá-la na ampliação do quadro de funcionários, de estagiários, do espaço físico, recursos tecnológicos (número de computadores e conexão), atendimento do recadastrado descentralizado, ou seja, equipes de profissionais da assistência social atendendo em pontos acessíveis no Município, disponibilização de atendimento via telefone para informações básicas e denúncias de irregularidades; realização de encontro com a equipe do Programa Bolsa Família de Belo Horizonte para estabelecer parcerias, realização de parceria com as Casas das Famílias - CRAS a fim de realizar o cadastramento de famílias prioritárias encaminhadas exclusivamente pelos Conselhos Tutelares, Vara da Infância e da Juventude, Coordenadoria de Assistência Social e Setor do Serviço Social do Atendimento do Bolsa Família.

Foram realizados encontros com os administradores regionais para estabelecer parcerias sobre o fluxo de informações para prestar esclarecimentos ao público dos programas sociais de transferência de renda; cumprimento das Condicionais no âmbito da Saúde e da Educação; Participação no Projeto Piloto de Descentralização da Manutenção de Benefícios do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Recadastramento das famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil como procedimento para análise de migração para o Bolsa Família; convocação constante das famílias para o Recadastramento do Cadastro Único:

A partir do Federalismo e descentralização realizamos parcerias, na Secretaria Municipal de Saúde foi realizada um convênio com a Secretaria de Educação através de convênio firmado entre a autarquia Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC), já na Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social houve convênios com a Instituição Lar de Marcos que possibilitou composição do quadro operacional da Diretoria de Programas de Transferência de Renda; e a aproximação entre com o Conselho Municipal da Criança e Adolescente no qual a Diretoria de Programas de Transferência de Renda apresenta semestralmente a situação do Bolsa-Família e sua aplicabilidade no Município, além de diversas demandas espontâneas de encaminhamento para cadastro nos Programas Sociais.

Um outro apontamento cabível seria o encontro com municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Betim, Nova Lima, Ibirité e Belo Horizonte) que trabalham com Programas Sociais, para troca de experiências visando novas metodologias e novas práticas. As primeiras práticas da Coordenação Intersetorial foram convocar as Secretarias

envolvidas (Saúde, Educação e demais instâncias) para visualizar as ações em conjunto por intermédio dos Gestores. Através de sensibilizações e capacitações da rede municipal apontamos a importância do cadastro atualizado, os benefícios do cumprimento das condicionalidades em âmbito escolar e saúde e as possíveis penalidades pelo não cumprimento das condicionalidades, e também as demandas setoriais para cadastro nos Programas de Transferência de Renda. A Diretoria de Programas de Transferência de Renda em conjunto com os representantes da saúde e da educação estruturou o atendimento do Recadastro em Postos descentralizados, informou a população através das Instituições de Ensino, Saúde e Instâncias de Controle Social sobre prazos, horários e documentação por meio de cartazes, folders e faixas, além da mídia televisiva, visando um diagnóstico atual do município sobre o banco de dados.

A partir da inovação e de alternativas de gestão descrita, busca-se através da intersectorialidade municipal meios que possibilitam a resolução de problemas em comuns das diversas Secretarias Municipais e outras Instâncias, além do trabalho em conjunto sobre uma divisão territorial com algumas abrangências diferentes, mas com um aspecto positivo que seria a análise pontual de cada órgão. Outro motivo justifica-se também pelo suporte operacional que determinada Secretaria possa fazer torna-se acessível a outros setores e Secretarias com recursos limitados. Além de que a interface, segundo (SANTOS,2003)⁸ diz respeito *“à inter-relação entre as diversas políticas. Entre as dificuldades de tratar as interfaces,destacam-se a crescente especialização do poder público e a tendência de maximização do desempenho de cada um dos órgãos do poder público.”*

Contudo, o motivo da Prática Intersetorial ser inovadora no nível do município nesta Administração Pública no período de 2004 a 2008, percebe-se que através dela temos que, conforme (AZEVEDO,1997)⁹: *criar mecanismos(institucionais, políticos e de controle, entre outros),de modo a aumentar a cooperação e a coordenação entre as várias políticas setoriais. Muitas vezes a melhora de um setor (por exemplo, a saúde da população de uma vila) pode depender mais de investimento em outra política setorial com grande interface (por exemplo, saneamento básico) do que simplesmente do aumento dos gastos tradicionais (por exemplo, distribuição de mais remédios contra vermes).*

Na conjuntura de uma prática intersectorial tem-se a importância uso de indicadores aliado ao controle e monitoramento para justamente avaliar o quanto se tem de ações efetivas em curto em longo prazo. A autora (Lago,2004)¹⁰ descreve o seguinte :

"entendemos por Monitoramento Social de Políticas Públicas é um conjunto de práticas que visa ao acompanhamento e ao controle sistemático de uma determinada intervenção do poder público, com o objetivo expresso de garantir políticas públicas de enfrentamento das desigualdades no acesso aos serviços e equipamentos públicos; ampliar os espaços de planejamento participativo, isto é, democratizar as decisões sobre os investimentos realizados; e verificar ou mesmo estabelecer a correlação entre o planejamento e a execução, através de um programa de reformas técnico-

administrativas necessárias à criação das bases materiais para um gestão pública democrática em todos os níveis de governo. Esse controle sistemático deve assegurar aos diversos grupos sociais a capacidade política de intervir em todos os componentes e subcomponentes dos projetos e/ou programas em curso. "

A atualização cadastral possibilitou a aproximação do cálculo da Estimativa de Famílias Pobres no Município (IBGE 2000) ao acesso do benefício. A monitoração é obtida através de relatórios internos, tais como público atendido, cadastrado e relatórios externos de cadastros da Caixa Econômica, além de outros relatórios disponibilizados pelo Ministério de Educação e da Cultura (MEC) e do Ministério da Saúde (através do site www.saude.gov.br/nutricao) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outro impacto obtido foi o acesso dos órgãos envolvidos com as especificidades de cada setor, fazendo com que surgisse melhoras nos instrumentos de monitoração, tais como :Programa (software) interno que viabilizasse respostas para demandas operacionais. Pode-se apontar também que com a realização de sindicâncias realizadas em situações que as informações não condiziam com as documentações apresentadas e paralelo a esta ação o levantamento de casos de riscos(vulnerabilidade social) comunicados ao órgão Gestor do Programa Bolsa Família para cadastramento.

As Políticas Públicas implementadas no município de Contagem desde 2001 vieram acompanhadas de caracteres específicos, entre eles uma população estimada em torno de 692.000 mil habitantes(Censo IBGE, 2007) com uma alta mobilidade social, pontos elevados de graus de vulnerabilidade, conforme dados constatados pelo Ministério da Saúde. Portanto, o que podemos apontar como diferencial nesta Administração seria as Interfaces estabelecidas através de uma legislação específica, um monitoramento social, e a efetivação da Coordenação Intersetorial. A conclusão que apontamos inicialmente é que uma vez que o município assume uma prática intersetorial, fazendo de uma prática bem sucedida tome-se um protocolo viável a todos os setores isto restabelece uma ampliação do sentido democrático das políticas públicas. Ao apontar as Políticas Sociais, trabalha-se em paralelo com diversas leis federais dos setores de saúde(SUS Sistema Único de Saúde), de assistência social (LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social), da criança e adolescente (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), de educação (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e de política urbana, requer de acordo com (SANTOS,2003)¹¹ a " *estreita correlação entre plano jurídico e a ação política, tendo em vista que são enormes os desafios postos para a ampla democratização do Estado e a universalização de direitos. Nesse sentido, a lei deve ser também um instrumento de ação política voltada para a ampliação e a exigibilidade de direitos.*

A necessidade de tomar comum a prática da Coordenação Intersetorial vem acompanhada por experiências utilizadas de outras formas em esferas diferentes, tais como: o cruzamento de dados da Receita Federal com outros órgãos estaduais e federais para

validação de dados, a relação do cruzamento da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e banco de dados do Cadastro Único da Caixa Econômica Federal, ou seja, a prática intersetorial respondendo demandas em comuns.

A conclusão obtida para as esferas públicas é criar espaços, meios e alternativas para aqueles que tenham sua cidadania prejudicada no sentido dos deveres e direitos, pois

" o universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (Santos,2002).

Afinal, um país democrático é aquele que sabe interpretar e lidar com as diferenças da humanidade e buscar melhorias para um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CONTAGEM. **Relatório de Gestão do 2º Semestre de 2005.**

² Doutorando em Demografia, Professor do curso de Economia do ICEG e pesquisador do IRT/PUC Minas.

³ Mestre em Economia, pesquisador do IRT/PUC Minas

⁴ Bolsa-Escola, criado pela Medida Provisória nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março de 2001. Ele foi sancionado pelo presidente da República, por meio da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001.

⁵ Instituído pelo Decreto no 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

⁶ Decreto Municipal de Contagem nº 068, de 13 de abril de 2005 Cria a Coordenação Municipal Intersectorial do Programa Bolsa Família.

⁷ RODDEN, J. 2005. **Federalismo e descentralização em perspectiva comparada : sobre significados e medidas.** *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, p. 9-27, jun.

⁸ Trecho retirado e adaptado de : Santos Junior, Orlando Alves dos ... (et al.). (organizadores). *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais.* Rio de Janeiro: FASE, 2003.

⁹ Sérgio de Azevedo (sazevedo@uenf.br) é professor titular da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e consultor *ad hoc* no Observatório de Políticas Urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte da PUCMINAS.

¹⁰ Arquiteta, doutora em planejamento urbano, professora do IPPURJUFRJ
AZEVEDO, Sergio de. Governança em Belo Horizonte. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, v. II, n. 1, jan./dez. 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatórios: **Estatísticos.** Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/pg_rel_estatisticos.asp>. Acesso em: 08 jun. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Documentos. **Portaria 66 IGD.** Disponível em: http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/Portaria_66_IGD.pdf: Acesso em: 08 jun. 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Regulamenta a Lei nº.10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.** Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/Decreto_Bolsa_Familia.pdf> Acesso em: 08 set. 2008.

CARVALHO NETO, Antônio; NEVES, Magda De Almeida; FERNANDES, Duval Magalhães. **Trabalho e cidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2004. 284p.

LAGO, L. C. . Políticas Públicas e Gestão Local - Programa Interdisciplinar de Capacitação de Conselheiros Municipais. 2004.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch e WERTHEIN, Jorge (orgs). Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília : UNESCO, 2004. 290p.

OLIVEIRA, André Mourthé de; GONÇALVES, Éber. Análise do perfil e da distribuição espacial da oferta de trabalho no município de Contagem. In.: CARVALHO NETO, Antônio; NEVES, Magda De Almeida; FERNANDES, Duval Magalhães. **Trabalho e cidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2004. 284p.

SANTOS Junior, Orlando Alves dos ... (et al.). (organizadores). Políticas Públicas e Gestão Local : programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. 572p

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CONTAGEM. **Relatório de Gestão do 2º Semestre de 2005**. 2005, pág.11.